

Banco Volvo (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Referentes ao
Semestre e Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (em milhares de reais – R\$)

Aos acionistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o parecer dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido do Banco Volvo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.112.066 (R\$974.188 em 2018) e o resultado do exercício foi um lucro de R\$146.939 (R\$147.590 em 2018).

Agradecemos aos acionistas, clientes e funcionários pela colaboração e apoio demonstrado durante o exercício.

Curitiba, 20 de março de 2020.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Volvo (Brasil) S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. ("Banco") e de suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, exceto quanto à reclassificação mencionada na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra operações e elabora suas demonstrações financeiras em observância às práticas contábeis estabelecidas pelo BACEN, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.1 (g), (k) e nº 5 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6099/74, nas rubricas de ativo circulante, realizável a longo prazo e rendas e despesas de operações de arrendamento mercantil, embora resultem na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria com ressalva, referente a não reclassificação das operações de arrendamento mercantil, datado de 20 de março de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório de Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



João Paulo Stellfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota explicativas	2019	2018
CIRCULANTE		<u>2.176.668</u>	<u>1.642.889</u>	CIRCULANTE			<u>1.430.458</u>	<u>1.138.661</u>
Disponibilidades	3	37.659	4.562	Depósitos	10	-	-	132
Aplicações interfinanceiras de liquidez		100.171	47.798	Depósitos a prazo		-	-	132
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3	100.171	47.798	Obrigações por empréstimos		594.280	594.280	9.145
Títulos e valores mobiliários	4	32.782	57.904	Empréstimos no exterior	11	594.280	594.280	9.145
Carteira própria		32.782	57.904	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		720.167	720.167	1.041.651
Operações de crédito	5	1.951.521	1.463.122	FINAME	12	720.167	720.167	1.041.651
Operações de crédito - Setor privado		1.990.166	1.502.266	Outras obrigações		116.011	116.011	87.733
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(38.645)	(39.144)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		890	890	378
Operações de arrendamento mercantil	5	1.636	1.509	Sociais e Estatutárias		1.703	1.703	1.695
Operações de arrend. financeiro a receber:				Fiscais e previdenciárias	13.a)	35.096	35.096	24.750
Setor privado		-	1.549	Diversas	13.b)	78.322	78.322	60.910
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		-	(1.536)					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(104)	(115)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		2.637.469	2.637.469	1.390.134
Operações de arrend. operacional a receber:				Depósitos	10	3.056	3.056	4.026
Setor privado		10.991	28.560	Depósitos a prazo		3.056	3.056	4.026
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(9.251)	(26.949)	Obrigações por empréstimos		1.485.813	1.485.813	31.111
Outros créditos	6	50.580	65.825	Empréstimos no exterior	11	1.485.813	1.485.813	31.111
Diversos	6	50.580	65.825	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		1.113.723	1.113.723	1.319.783
Outros valores e bens	7	2.319	2.169	FINAME	12	1.113.723	1.113.723	1.319.783
Outros valores e bens		1.935	1.506	Outras obrigações		34.877	34.877	35.214
Despesas antecipadas		384	663	Fiscais e previdenciárias	13.a)	10.075	10.075	9.797
				Diversas	13.b)	24.802	24.802	25.417
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>2.939.695</u>	<u>1.797.502</u>	Resultados de exercícios futuros	2.1.o)	7.822	7.822	12.427
Operações de crédito	5	2.869.446	1.742.884					
Operações de crédito - Setor privado		2.926.269	1.789.513	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.112.066	1.112.066	974.188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(56.823)	(46.629)	Capital - domiciliados no exterior	15	827.877	827.877	776.528
Operações de arrendamento mercantil	5	-	(69)	Reserva de capital		73	73	73
Operações de arrend. financeiro a receber:				Reserva de lucros		284.116	284.116	197.587
Setor privado		-	9.511					
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		-	(9.511)					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(69)					
Operações de arrend. operacional a receber:								
Setor privado		4.005	8.956					
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(4.005)	(8.956)					
Outros créditos	6	70.182	54.411					
Diversos	6	70.182	54.411					
Outros valores e bens	7	67	276					
Despesas antecipadas		67	276					
PERMANENTE		<u>71.452</u>	<u>75.019</u>					
Investimentos		9.384	9.290					
Participações em controladas - No País	8	1.660	2.345					
Outros investimentos		7.724	6.945					
Imobilizado de uso		286	365					
Outras imobilizações de uso		1.141	1.369					
Depreciações acumuladas		(855)	(1.004)					
Imobilizado de arrendamento	9	55.378	58.645					
Bens arrendados		85.802	84.583					
Depreciação acumulada		(30.424)	(25.938)					
Diferido		251	355					
Perdas em arrendamento a amortizar e outros		547	2.694					
Amortizações acumuladas		(296)	(2.339)					
Intangível		6.153	6.364					
Ativos intangíveis		8.477	11.416					
Amortizações acumuladas		(2.324)	(5.052)					
TOTAL DO ATIVO		<u>5.187.815</u>	<u>3.515.410</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.187.815</u>	<u>3.515.410</u>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	Semestre findo em 31 de dezembro de 2019	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Fins comparativos Semestre findo em 30 de junho de 2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		265.918	509.607	456.625	243.689
Operações de crédito		243.340	465.483	399.168	222.143
Operações de arrendamento mercantil		19.737	38.906	40.809	19.169
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.841	5.218	16.648	2.377
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(148.634)	(270.100)	(190.533)	(121.466)
Operações de captação no mercado		(394)	(721)	(275)	(327)
Operações de empréstimos e repasses		(113.092)	(212.545)	(172.070)	(99.453)
Operações de arrendamento mercantil		(13.912)	(27.687)	(30.582)	(13.775)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(21.236)	(29.147)	12.394	(7.911)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		117.284	239.507	266.092	122.223
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(28.257)	(49.792)	(51.687)	(21.535)
Receitas de prestação de serviços	17.a)	56.627	105.905	85.941	49.278
Despesas de pessoal		(20.664)	(39.660)	(35.658)	(18.996)
Despesas gerais e administrativas	16	(54.233)	(94.506)	(88.500)	(40.273)
Despesas tributárias		(13.993)	(26.381)	(21.892)	(12.388)
Resultado de participações em controladas	8	(60)	(685)	(1.032)	(625)
Outras receitas operacionais	17.b)	7.313	13.183	19.643	5.870
Outras despesas operacionais	18	(3.247)	(7.648)	(10.189)	(4.401)
RESULTADO OPERACIONAL		89.027	189.715	214.405	100.688
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		414	833	1.848	419
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		89.441	190.548	216.253	101.107
Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.a)	(2.005)	(41.000)	(66.015)	(38.995)
Provisão para imposto de renda		(8.179)	(22.857)	(9.149)	(14.678)
Provisão para contribuição social		(3.566)	(10.783)	(3.724)	(7.217)
IR/CS diferidos		9.740	(7.360)	(53.142)	(17.100)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.289)	(2.609)	(2.648)	(1.320)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		86.147	146.939	147.590	60.792
Quantidade de ações no final do semestre		7.665.071.654	7.665.071.654	7.189.666.600	7.189.666.600
Lucro líquido por ação - em reais - R\$		0,0112	0,0192	0,0205	0,0085

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	728.843	-	73	22.313	83.785	-	835.014
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	147.590	147.590
Destinações do lucro:							
Reserva de lucros	-	-	-	10.040	81.449	(91.489)	-
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio e distribuição (nota 15.b)	-	47.685	-	-	-	(56.101)	(8.416)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>728.843</u>	<u>47.685</u>	<u>73</u>	<u>32.353</u>	<u>165.234</u>	<u>-</u>	<u>974.188</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	728.843	47.685	73	32.353	165.234	-	974.188
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	146.939	146.939
Destinações do lucro:							
Reserva de lucros	-	-	-	7.347	79.182	(86.529)	-
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio e distribuição (nota 15.b)	-	51.349	-	-	-	(60.410)	(9.061)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>728.843</u>	<u>99.034</u>	<u>73</u>	<u>39.700</u>	<u>244.416</u>	<u>-</u>	<u>1.112.066</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	728.843	47.685	73	35.393	222.986	-	1.034.980
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	86.147	86.147
Destinações do lucro:							
Reserva de lucros	-	-	-	4.307	21.430	(25.737)	-
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio e distribuição (nota 15.b)	-	51.349	-	-	-	(60.410)	(9.061)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	<u>728.843</u>	<u>99.034</u>	<u>73</u>	<u>39.700</u>	<u>244.416</u>	<u>-</u>	<u>1.112.066</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Semestre findo em 31 de dezembro de 2019	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.a)	89.441	190.548	216.253
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:				
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	5.g)	21.236	29.147	(12.394)
Depreciações e amortizações		8.421	16.342	14.123
Provisão para passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio		106	1.856	5.559
Ajuste ao valor de mercado de investimentos		(389)	(779)	(667)
Insuficiência (superveniência) de depreciação		(814)	(539)	3.052
Resultado de participação em controladas	8.a)	60	685	1.032
Participação nos lucros		(1.289)	(2.609)	(2.648)
		116.772	234.651	224.310
Variações nos ativos e passivos:				
Aumento (redução) de títulos e valores mobiliários		10.752	25.122	(21.610)
Operações de crédito e arrendamento mercantil		(1.179.400)	(1.644.304)	(330.745)
Outros créditos		(13.644)	(526)	(1.021)
Outros valores e bens		(52)	59	10.443
Outras obrigações		5.948	15.757	(10.760)
Resultados de exercícios futuros		(2.552)	(4.605)	(4.665)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.987)	(30.672)	(21.964)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(1.078.163)	(1.404.518)	(156.012)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição de imobilizado de uso		-	(3)	-
Aquisição de intangível/diferido		(332)	(1.069)	(860)
Aquisição de imobilizado de arrendamento		(7.383)	(11.070)	(2.166)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.715)	(12.142)	(3.026)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento (redução) em depósitos		(371)	(1.102)	(970)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses		1.058.391	1.512.293	(166.236)
Dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos		(9.061)	(9.061)	(8.416)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		1.048.959	1.502.130	(175.622)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(36.919)	85.470	(334.660)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		174.749	52.360	387.020
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	3	137.830	137.830	52.360

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
E DE 2018 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volvo (Brasil) S.A. - Conglomerado Prudencial ("Banco Volvo"), com sede na cidade de Curitiba – PR, compreende as seguintes entidades: Banco Volvo (Brasil) S.A. (Instituição líder) e Volvo Administradora de Consórcio Ltda. ("Consórcio"). Atua, principalmente, em operações de crédito voltadas ao financiamento de veículos e administração de grupos de consórcio de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do Banco Volvo S.A. Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro 2013 e Circular nº 3.701 de 13 março 2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução.

Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (nota explicativa nº 4) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Em 20 de março de 2020, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco Volvo na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.
- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1).
- Resolução CMN nº 4.424/15 - Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

b) Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN), as demonstrações financeiras do Banco Volvo S.A. - Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação da Volvo Administradora de Consórcio Ltda., localizada no país sobre a qual o Banco detém controle direto. Em consonância com a referida norma, a controlada Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda. não faz parte do escopo dessa consolidação.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

2.1. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado, de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF no. 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período.
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IR e contribuição social - CSLL é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na categoria para negociação são contabilizados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e perdas realizados e não realizados reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Operações de crédito, depósitos a prazo e interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas/despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

g) Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamentos, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato.

h) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução no. 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos foram registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear e considera as seguintes taxas anuais de vida útil: 10% para móveis e equipamentos e 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte.

k) Imobilizado de arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada que, quando aplicável, é calculada de forma acelerada e, segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Conseqüentemente, o Banco Volvo, visando atender ao regime de competência, constituiu, no exercício, provisão para insuficiência de depreciação, no montante de R\$3.376 (2018 – R\$3.052) classificada em "Despesas da intermediação financeira", na rubrica "Operações de arrendamento mercantil", equivalente ao ajuste ao efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

l) Ativo diferido e intangível

Composto, substancialmente, de gastos logiciais demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa de vida útil de 20% ao ano. De acordo com a Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, os saldos existentes no ativo diferido antes da entrada em vigor desta Resolução podem ser mantidos até a sua efetiva baixa. Novos gastos foram contabilizados no ativo intangível, a partir desta data.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por "impairment" no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

o) Resultados de exercícios futuros

Referem-se a receitas de juros recebidos, antecipadamente, na liberação de créditos subsidiados pela montadora Volvo do Brasil Veículos Ltda. e concessionários, reconhecidas como resultados de exercícios futuros, no montante de R\$7.822 (2018 – R\$12.427), as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações classificados em “Receitas da intermediação financeira”, na rubrica “Operações de Crédito”, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 era de R\$6.549 (2018 – R\$6.952), e pelas parcelas do lucro obtido nas operações de cessão de crédito, ocorridas nos exercícios de 2010 a 2014.

p) Benefícios a empregados

O Banco opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Banco tem apenas plano de contribuição definida.

O Banco faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Banco não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

q) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) créditos tributários; e (vi) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	37.659	4.562
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	<u>100.171</u>	<u>47.798</u>
Total	<u>137.830</u>	<u>52.360</u>

- (i) Referem-se à aplicações realizadas pelo Banco em Depósitos Interfinanceiros, remunerados à taxa média de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

Tipo de aplicação	Remuneração anual média - %	Valor de mercado	
		2019	2018
Certificado de Depósito Bancário - CDB	12,40	18.398	43.164
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7,60	<u>14.384</u>	<u>14.740</u>
Total		<u>32.782</u>	<u>57.904</u>

b) Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Títulos para negociação	<u>32.782</u>	<u>57.904</u>

Os títulos para negociação são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais (LTN) e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	2019 Valor de mercado	2018 Valor de mercado
A vencer em até 12 meses	14.384	14.740
A vencer acima de 12 meses	<u>18.398</u>	<u>43.164</u>
Total	<u>32.782</u>	<u>57.904</u>

De acordo com a Circular 3.068/2001 (BACEN), os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Operações de arrendamento a receber

A carteira de arrendamento a receber, demonstrada pelo valor presente, é composta pelos seguintes saldos:

	2019	2018
Ativo circulante	1.740	1.624
Imobilizado de arrendamento (nota nº 9)	55.378	58.645
(-) Ativo circulante de arrendamento operacional	(1.740)	(1.611)
Imobilizado de arrendamento operacional	<u>(45.464)</u>	<u>(49.563)</u>
Imobilizado de arrendamento financeiro	9.914	9.095
Outras obrigações - diversas - longo prazo e circulante:		
Credores por antecipação de valor residual	<u>(184)</u>	<u>(679)</u>
Total de arrendamento financeiro a receber, pelo valor presente	<u>9.730</u>	<u>8.416</u>

Os valores demonstrados nos quadros a seguir, referentes a arrendamentos a receber, estão demonstrados pelo valor presente das operações.

As operações de arrendamento financeiro têm cláusulas de opção de compra, de taxas de juros prefixadas e de seguros dos bens objetos de arrendamento, em favor do arrendador.

Os valores residuais de opção de compra, antecipados pelos clientes, em 31 de dezembro de 2018 montavam R\$184 (2018 - R\$679) e estão registrados em "Outras obrigações - diversas", no passivo circulante e no exigível a longo prazo (nota explicativa nº 13(b)).

b) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Operações de crédito e arrendamento mercantil

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Finame - Repasses	1.839.144	2.338.168
Financiamento prefixado	2.603.041	802.260
Empréstimos de capital de giro	115.179	23.734
"Floor Plan"	359.071	127.616
Arrendamento financeiro (nota nº 5a)	<u>9.730</u>	<u>8.416</u>
Total	<u>4.926.165</u>	<u>3.300.194</u>

c) Diversificação da carteira de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade econômica

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Indústria:		
Química e petroquímica	19.383	15.526
Extração mineral	102.540	87.361
Alimentícia, bebidas e tabaco	115.231	74.446
Madeira e móveis	33.210	31.284
Construção e imobiliário	33.917	29.657
Outros	<u>21.314</u>	<u>16.558</u>
	<u>325.595</u>	<u>254.832</u>
Comércio	<u>847.186</u>	<u>492.216</u>
Serviços:		
Transporte rodoviário (mercadorias e passageiros)	3.218.285	2.169.687
Construção civil	165.679	144.870
Agricultura, avicultura e agropecuária	64.782	47.951
Outros	<u>191.438</u>	<u>114.831</u>
	<u>3.640.184</u>	<u>2.477.339</u>
Pessoa física	113.200	75.807
Total da carteira	<u>4.926.165</u>	<u>3.300.194</u>

d) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por níveis de risco

Níveis de risco	2019			2018	
	Créditos em dia	Créditos com atraso inferior a 15 dias	Créditos com atraso igual ou superior a 15 dias	Total	Total
AA	690.359	-	-	690.359	390.210
A	1.679.296	271	133	1.679.700	1.119.438
B	1.625.069	985	1.855	1.627.909	1.138.504
C	783.089	1.029	3.024	787.142	417.510
D	85.510	636	3.026	89.172	184.821
E	9.230	18	692	9.940	10.216
F	1.149	19	190	1.358	6.201
G	18.955	44	612	19.611	4.979
H	14.891	210	5.873	20.974	28.316
Total	<u>4.907.548</u>	<u>3.212</u>	<u>15.405</u>	<u>4.926.165</u>	<u>3.300.194</u>

e) Composição da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, e correspondente provisão para riscos de crédito, nos níveis de riscos estabelecidos pelo BACEN

Níveis de risco	Saldos em 31/12/2019	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para risco de crédito
AA	690.359	0%	-
A	1.679.700	0,50%	8.399
B	1.627.909	1,00%	16.279
C	787.142	3,00%	23.614
D	89.172	10,00%	8.917
E	9.940	30,00%	2.982
F	1.358	50,00%	679
G	19.611	70,00%	13.728
H	20.974	100,00%	20.974
Total	<u>4.926.165</u>		<u>95.572</u>

Níveis de risco	Saldos em 31/12/2018	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para risco de crédito
AA	390.210	0%	-
A	1.119.438	0,50%	5.597
B	1.138.504	1,00%	11.385
C	417.510	3,00%	12.526
D	184.821	10,00%	18.482
E	10.216	30,00%	3.065
F	6.201	50,00%	3.101
G	4.978	70,00%	3.485
H	28.316	100,00%	28.316
Total	<u>3.300.194</u>		<u>85.957</u>

f) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Parcelas vencidas acima de 15 dias	15.405	11.102
Parcelas vencidas há menos de 15 dias	3.212	15.042
A vencer:		
Até 90 dias	646.667	421.872
De 91 a 360 dias	1.328.539	1.057.590
Acima de 360 dias	<u>2.932.342</u>	<u>1.794.588</u>
Total	<u>4.926.165</u>	<u>3.300.194</u>

g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	85.957	152.327
Constituição (reversão) de provisão	29.147	(12.394)
Baixa de créditos incobráveis	<u>(19.532)</u>	<u>(53.976)</u>
Saldo no final do exercício	95.572	85.957
Recuperação de créditos baixados	<u>25.349</u>	<u>51.997</u>

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Créditos tributários (nota nº 14 (b))	18.341	33.407
Valores pendentes de recebimento (a)	19.814	17.625
Impostos a recuperar	6.526	11.705
Valores a receber ligadas	2.251	818
Outros créditos	<u>3.648</u>	<u>2.270</u>
	<u>50.580</u>	<u>65.825</u>
Realizável a longo prazo:		
Créditos tributários (nota nº 14 (b))	52.912	39.506
Depósitos judiciais	11.650	11.417
Impostos a recuperar	<u>5.620</u>	<u>3.488</u>
	70.182	54.411
Total	<u>120.762</u>	<u>120.236</u>

(a) Refere-se a recursos ainda pendentes de recebimento dos grupo de consórcio em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo.

7. OUTROS VALORES E BENS - CURTO E LONGO PRAZOS

Referem-se a bens não de uso próprio, correspondente à recuperação de veículos financiados e a despesas pagas antecipadamente relacionadas à contratação de carta de fiança e a despesas com contratos de arrendamento mercantil.

8. INVESTIMENTOS

a) Demonstração dos investimentos

	<u>Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.</u>
Quotas possuídas	9.999
Participação no capital social e votante	99,99%
Patrimônio líquido	1.660
Prejuízo do exercício	(685)
Saldo contábil do investimento	1.660
Equivalência patrimonial do exercício	(685)

b) Movimentação dos investimentos

	<u>Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.377
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(1.032)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.345
Ajuste de equivalência patrimonial	<u>(685)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u><u>1.660</u></u>

9. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

		<u>2019</u>			
<u>Bens arrendados</u>	Taxa média anual de depreciação	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Superveniência (Insuficiência)</u>	<u>Total</u>
Veículos	35,3%	80.943	(31.145)	1.367	51.165
Máquinas e equipamentos	35,3%	4.859	(1.886)	1.240	4.213
Total		<u>85.802</u>	<u>(33.031)</u>	<u>2.607</u>	<u>55.378</u>
		<u>2018</u>			
<u>Bens arrendados</u>	Taxa média anual de depreciação	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Superveniência (Insuficiência)</u>	<u>Total</u>
Veículos	35,3%	79.484	(27.123)	2.066	54.427
Máquinas e equipamentos	35,3%	5.099	(1.325)	444	4.218
Total		<u>84.583</u>	<u>(28.448)</u>	<u>2.510</u>	<u>58.645</u>

11. DEPÓSITOS

Depósito a prazo indexados ao CDI, com os seguintes vencimentos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Até 1 ano	-	132
De 1 a 3 anos	<u>3.056</u>	<u>4.026</u>
	<u>3.056</u>	<u>4.158</u>

A remuneração dos depósitos é variável entre 94% e 100% do CDI.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Captações de recursos no exterior, com a Volvo Treasury AB sem risco cambial, indexados em reais e com taxas prefixadas de 6,8% a.a.

Em 31 de dezembro, os vencimentos das obrigações por empréstimos são:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Até 1 ano	594.280	9.145
De 1 a 3 anos	<u>1.485.813</u>	<u>31.111</u>
	<u>2.080.093</u>	<u>40.256</u>

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recursos do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, Taxa de Longo Prazo - TLP ou Selic, acrescida de juros variando de 1,7% a 8,16% a.a., e recursos com taxas prefixadas variando de 0,8% a 19,8% a.a. com os seguintes vencimentos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Até 1 ano	720.167	1.041.651
De 1 a 3 anos	840.680	1.010.251
De 3 a 5 anos	250.901	293.358
De 5 a 15 anos	<u>22.142</u>	<u>16.174</u>
	<u>1.833.890</u>	<u>2.361.434</u>

Em parte de sua carteira de repasses, o Banco Volvo conta com garantia do Fundo Garantidor de Investimento - FGI, de natureza privada, administrado pelo BNDES, até o limite máximo de 80% da operação. A carteira coberta pelo fundo é de R\$275.699 (R\$269.600 em 2018). O FGI é um fundo destinado a complementar parte das garantias de um financiamento. Os agentes financeiros que utilizam a garantia do FGI são cotistas do fundo na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	5.104	1.551
Provisão de IR/CS diferido (i)	15.801	10.100
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>14.191</u>	<u>13.099</u>
	35.096	24.750
Realizável a longo prazo:		
Provisão para riscos fiscais (ii)	<u>10.075</u>	<u>9.797</u>
Total	<u>45.171</u>	<u>34.547</u>

- (i) Refere-se à provisão de imposto de renda sobre resultado de superveniência de depreciação dos veículos de arrendamento mercantil, e ajuste da depreciação acelerada dos veículos de arrendamento operacional.
- (ii) O Banco é parte envolvida em processos tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos (vide nota explicativa nº 13 (b) e (c)). Este saldo refere-se, principalmente, a ações fiscais nas quais são discutidas as bases de cálculo de IRPJ e CSLL na vigência do plano real.

b) Diversas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Provisão para pagamentos a efetuar	30.446	22.757
Credores por antecipação de valor residual	184	679
Recursos a devolver a grupos encerrados (ii)	16.962	16.495
Recursos pendentes de recebimento (nota nº 6)	19.814	17.625
Diversos	<u>10.916</u>	<u>3.354</u>
	78.322	60.910
Realizável a longo prazo:		
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	1.675	4.580
Provisão para contingências (iii)	<u>23.127</u>	<u>20.837</u>
	24.802	25.417
Total	<u>103.124</u>	<u>86.327</u>

- (i) Provisão para perdas para cobrir responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento e valores já aportados em grupos encerrados.
- (ii) Representam os recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados.
- (iii) As obrigações são de natureza cível, em geral, decorrente de revisão de contrato e de indenização para danos morais e materiais.

Perdas possíveis

O Banco Volvo tem ações de natureza tributária, para as quais não há provisão contabilizada, relacionadas a ISS sobre operações de "leasing", envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$25.628 (2018 - R\$26.646).

O Banco Volvo também possui ações de natureza cível (revisonais e/ou indenizatórias), para as quais não há provisão contabilizada, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$1.158 (2018 - R\$1.750).

c) Movimentação da provisão para perdas e para contingências

	Provisão para perdas nos grupos de consórcios	Provisão para contingências	Total
Saldo no início do período	4.580	20.837	25.417
Constituição (Reversão) de provisão	(605)	3.373	2.768
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	<u>(2.300)</u>	<u>(1.083)</u>	<u>(3.383)</u>
Saldo no final do período	<u>1.675</u>	<u>23.127</u>	<u>24.802</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Medida Provisória (MP) nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, dispôs sobre medidas tributárias e elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 15% para 20% do lucro tributável, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, para a demonstração financeira apresentada para fins de comparação a provisão para CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota de 20% (15% para o imposto diferido).

Porém, para a demonstração financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a CSLL foram constituídas pela aplicação da alíquota de 15% (20% para o imposto diferido) decorrente da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de abril de 2020.

Com relação a Consórcio, a alíquota de IR é de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no exercício e da CSLL de 9%.

a) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

Descrição	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	190.548	190.548	216.253	216.353
Equivalência patrimonial	685	685	1.032	1.032
Juros sobre o capital próprio	(60.410)	(60.410)	(56.101)	(56.101)
Adições e exclusões temporárias	(27.963)	(25.546)	(122.113)	(123.993)
Participação dos empregados no lucro	(2.609)	(2.609)	(2.648)	(2.648)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de "leasing"	(14.192)	(14.192)	(13.546)	(13.546)
Provisão para devedores duvidosos	(12.274)	(12.274)	(107.201)	(107.201)
Outras adições e exclusões temporárias	1.112	3.529	1.282	(598)
Despesas indedutíveis	3.353	3.353	480	480
Compensação de base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal de imposto de renda	(13.007)	139 (20.)	(1.580)	(3.798)
Base de cálculo	<u>93.206</u>	<u>88.491</u>	<u>37.971</u>	<u>33.873</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(22.857)	(10.783)	(9.149)	(3.724)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.221)	(3.139)	(29.583)	(23.559)
Diferenças temporárias	2.594	2.011	(25.786)	(21.286)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de "leasing"	(3.563)	(2.138)	(2.910)	(1.746)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	<u>(3.252)</u>	<u>(3.012)</u>	<u>(887)</u>	<u>(527)</u>
Total	<u>(27.078)</u>	<u>(13.922)</u>	<u>(38.732)</u>	<u>(27.283)</u>

b) Impostos diferidos

O Banco Volvo – Conglomerado Prudencial possui R\$170 (2018 – R\$20.308) de base negativa de contribuição social e R\$162.586 (2018 - R\$169.077) de diferenças temporárias, sobre os quais foram contabilizados integralmente, créditos tributários ativos, no montante de R\$71.254 (2018 - R\$72.912). Adicionalmente, em 2019 o Banco não possuía prejuízos fiscais acumulados para fins de imposto de renda (2018 - R\$13.007). Tais diferenças referem-se substancialmente à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados, com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros anuais futuros, sem prazo de prescrição. Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Diferenças temporárias e prejuízo fiscal
2020	18.341
2021	25.994
2022	24.504
2023	<u>2.414</u>
Total	<u>71.253</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$67.489 (2018 - R\$70.553), de diferenças temporárias.

c) Movimentação no exercício

	<u>Valor líquido dos créditos</u>	<u>Imposto diferido passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.399	(5.444)
Créditos tributários constituídos (utilizados)	<u>(48.487)</u>	<u>(4.656)</u>
	<u>72.912</u>	<u>(10.100)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	72.912	(10.100)
Créditos tributários constituídos (utilizados)	<u>(1.658)</u>	<u>(5.702)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>71.254</u>	<u>(15.802)</u>

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital

O capital social subscrito e integralizado está representado, em 2019, por 3.832.535.827 ações ordinárias e 3.832.535.827 ações preferenciais (2018 - 3.594.833.300 ações ordinárias e 3.594.833.300 ações preferenciais), todas nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Volvo Autonomous Solutions AB	99,99%	99,99%
Outros	<u>0,01%</u>	<u>0,01%</u>
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as disposições da legislação societária, após a compensação dos prejuízos acumulados. As ações preferenciais não têm direito a voto, possuem prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do Banco e igualdade de direitos com as ações ordinárias nos demais aspectos.

b) Juros sobre o capital próprio e aumento de capital

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração do Banco Volvo aprovou, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2019, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$60.410 (2018 - R\$56.101), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, a acionista controladora decidiu reinvestir os juros sobre o capital próprio no capital social do Banco Volvo, aprovando aumento de capital equivalente ao valor pago dos juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, no montante de R\$51.349 (2018 - R\$47.685), passando o capital social do Banco de R\$776.528 em 31 de dezembro de 2018 para R\$827.877 em 31 de dezembro de 2019, com emissão de 237.702.527 (2018 - 220.743.450) ações ordinárias e de 237.702.527 (2018 - 220.743.450) ações preferenciais, correspondendo a R\$0,10801 (2018 - R\$0,10801) por ação. O aumento de capital social encontra-se aguardando aprovação por parte do Banco Central do Brasil.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Semestre findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Despesas de cobrança jurídica	6.308	12.012	21.115
Despesas com serviços de terceiros	14.410	20.864	19.679
Despesas de comissões e campanhas ⁽¹⁾	20.139	35.932	27.258
Despesas de promoção e relações públicas	1.702	4.079	3.398
Despesas com viagens e transporte	2.087	3.984	3.772
Despesas com processamento de dados	3.983	7.185	3.762
Despesas com registro de contratos	1.396	2.266	1.440
Outras despesas administrativas	4.208	8.184	8.076
Total	54.233	94.506	88.500

(1) As despesas com comissões sobre vendas são apropriadas ao resultado conforme condições de elegibilidade a qual considera o recebimento das parcelas dos consorciados às quais estão vinculadas.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

a) Receita de prestação de serviços

Compostas substancialmente pelas receitas de taxa de administração da Consórcio, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 montam R\$98.241 (2018 – R\$80.484).

b) Outras receitas operacionais

	Semestre findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Recuperação de despesas	4.522	8.991	14.298
Cessão de crédito	1	7	98
Reversão de provisões operacionais	1.758	2.344	736
Variação monetária ativa	346	770	-
Outras	686	1.071	4.511
Total	7.313	13.183	19.643

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestre findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2018
Despesas de provisões legais e contingências	214	2.768	7.624
Despesas com serviços de terceiros	1.785	2.912	2.246
Outras	1.248	1.968	319
Total	3.247	7.648	10.189

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

As transações realizadas pela instituição, com partes relacionadas, compreendem aplicações em depósitos interfinanceiros e captações de depósito a prazo, contratadas com taxas e condições praticadas com terceiros e receitas (despesas) administrativas referente a contrato específico de prestação de serviços.

Os saldos destas operações são demonstrados a seguir:

	2019		2018	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Receitas administrativas:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	42	504	42	504
Depósitos a prazo:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	(253)	(66)	(1.864)	(131)
Empréstimos no exterior (nota nº 11):				
Volvo Treasury AB	(2.080.093)	(53.806)	(40.256)	(457)
Despesas administrativas:				
Volvo Financial Services US LLC	-	(9.595)	-	(7.930)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	(1.768)	(3.273)	(598)	(2.830)
Volvo Information Technology AB	(1.779)	(2.086)	(194)	(1.866)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São considerados como pessoal-chave da Administração os funcionários que fazem parte da diretoria. A remuneração paga ou a pagar a estes funcionários está demonstrada a seguir, e refere-se ao montante pago ou a pagar pelos serviços por eles prestados às empresas do conglomerado Volvo Serviços Financeiros - Brasil:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários, honorários e encargos	4.079	3.235
Gratificação	1.734	581
Planos de aposentadoria e pensão	133	123
Outros	279	235
	<u>6.225</u>	<u>4.174</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Banco Volvo não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Banco Volvo, Instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

a.1) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco Volvo é realizado por uma estrutura, cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Instituição aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

a.2) Risco de mercado e risco de liquidez

A estrutura de risco de mercado e de liquidez do Banco Volvo é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pela matriz do Grupo, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Instituição. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

a.3) Risco operacional

A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Grupo. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Mais informações sobre a gestão de riscos podem ser obtidas em nosso site, no link: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

a.4) Risco socioambiental

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo elencar as diretrizes que norteiam as ações que devem ser observadas na comercialização dos produtos e serviços do Banco Volvo, bem como na contratação com fornecedores.

b) Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo garantir que o Banco mantenha níveis adequados de capital para suportar suas operações. A estrutura implementada inclui política, monitoramento periódico da adequação de capital, plano de capital e testes de estresse.

O modelo estabelecido para o funcionamento da estrutura de Gerenciamento de Capital está disponível no endereço: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

23. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev - Sociedade de Previdência Privada ("Vikingprev"), uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual a Empresa, por ser uma das patrocinadoras do Plano de Benefícios Previdenciários, é responsável pelo recolhimento das contribuições relativas aos seus empregados, conforme indicadas no plano de custeio anual aprovado no âmbito do Conselho Deliberativo da Vikingprev. A Empresa é patrocinadora da Vikingprev em um único plano de benefícios de caráter previdenciário.

b) Planos de benefícios

A Empresa possui um plano de aposentaria na modalidade de contribuição variável, ou seja, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício no momento da aposentadoria, ou seja, o valor do benefício depende do valor das contribuições realizadas e também da rentabilidade auferida durante o período de formação das reservas matemáticas. Porém a partir do momento da concessão da aposentadoria por renda mensal vitalícia, o valor do benefício é fixo e passa a ser garantido pelo plano. Durante o exercício, a Empresa contribuiu com R\$756 (2018 - R\$712), referentes a contribuição normal e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Valor presente das obrigações atuariais	(110.063)	(78.991)
Valor justo dos ativos	150.609	109.308
Situação financeira do plano	<u>40.546</u>	<u>30.317</u>

Os ganhos identificados estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos atuariais. Estes ganhos não são reconhecidos pela Empresa, de acordo com o Pronunciamento CPC 33 - Benefícios a empregados.

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro são as seguintes:

	2019	2018
<u>Hipóteses econômicas</u>		
Taxa de desconto	7,74% a.a. (nominal)	9,53% a.a. (nominal)
Taxa de retorno esperado dos ativos	7,74% a.a. (nominal)	9,53% a.a. (nominal)
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	4,25% a.a. (nominal)	4,50% a.a. (nominal)
Inflação	4,25% a.a.(nominal)	4,50% a.a. (nominal)
<u>Hipóteses demográficas</u>		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Média suavizada em 30%	AT-2000 Média suavizada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%

24. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILEIA)

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco Volvo encontrava-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A partir de 1º de outubro de 2013 a Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração. O Índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2019, foi apurado em 21,86% (2018 - 26,32%).

O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/07 do BACEN e demais normativos pertinentes.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

COVID-19: Estão sendo debatidos os impactos da pandemia para as atividades e processos do Banco Volvo, onde o monitoramento deve ser reforçado, a fim de mitigar os riscos que poderão ser causados pela mesma. Ações urgentes de mitigação de riscos, podem e devem ser implementadas a qualquer momento pela Diretoria com a necessidade e agilidade que a situação requer.
